

25 OUT 1988

POLÍTICA

Evangélico fará emenda para que a censura volte

MARIA LIMA

Inconformado com o desfile de seios e bumbuns generosos no horário nobre das emissoras de televisão, o pastor evangélico e ex-constituente João de Deus Antunes (PDT/RS) encaminha esta semana projeto de emenda à Constituição para restabelecer a censura artística. "Com o fim da censura já podemos ver, com o dia ainda claro, mulheres completamente despidas na televisão, como no anúncio do iogurte Biovita. Não posso deixar que meu filho de 4 anos fique vendo estas senhoras despidas, e avance tanto nesta idade", reage.

Para defender a aprovação de sua emenda, João de Deus terá de partir, inicialmente, para um trabalho de convencimento dentro da própria bancada dos Evangélicos no Congresso Nacional. Hoje o grupo está totalmente desmobilizado por

causa das campanhas eleitorais em seus estados; mas ele espera conseguir reunir os 34 parlamentares em Brasília para discutir, além de sua proposta, a modificação de outros pontos que não puderam aprovar na Constituição. Na votação da emenda de sua autoria, pela manutenção da censura artística, pelo plenário da Constituinte, apenas 17 dos 34 evangélicos o apoiaram. Hoje ele garante que este número cresceu para 22.

— Minha proposta é alterar no texto constitucional esta loucura que foi o fim da censura — explica o deputado gaúcho — tenho viajado pelo Rio Grande do Sul e todos me fazem o mesmo tipo de cobrança: "Por quê que vocês deixaram os liberais ganharem esta parada?"

Como no caso da pena de morte defendida pelo líder Amaral Netto (PDS/RJ), João de Deus Antunes diz que a questão da censura também deve ser decidida pela população envolvida, através de um plebiscito. Com a liberação da veiculação de nus e de uma programação que considera pornográfica, sem qualquer controle, nos meios de comunicação, o pastor teme que "a fina flor seja desvirtuada, transformando os jovens em figuras pervertidas".

Após o trabalho de convencimento dentro da bancada dos Evangélicos, João de Deus precisa ainda da adesão de mais 129 parlamentares. Para que uma proposta de emenda constitucional possa tramitar normalmente, ela deve ser encaminhada com no mínimo 163 assinaturas.



João de Deus